

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 535, DE 16 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que constam dos Processos nº 53830.000840/2001 e nº 53000.031149/2005, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 22 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de janeiro de 2002, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE ARAÇATUBA LTDA., conforme os atos relacionados nesta portaria, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 614, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53500.001750/2000, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a CIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anclar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, por meio do canal 25+ (vinte e cinco decalado para mais), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 615, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.031331/2003, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO ALTO URUGUAI S/A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 2- (dois decalado para menos), no município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anclar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 624, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008328/2010, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 4- (quatro decalado para menos), no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anclar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 627, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.061407/2007, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV OESTE DO PARANÁ LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Guarapuava, Estado do Paraná, canal 2, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anclar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, visando a repetir seus próprios sinais, mediante utilização do seguinte enlace terrestre:

MUNICÍPIO/UF	TRANSMISSOR	RECEPTOR
LOCAL	Guarapuava/PR Alto da Serra da Esperança (Afonso Camargo) BR 277-Km 315 - Guarapuava	Prudentópolis/PR Rua Uirapuru nº 35 - Vila Iguaçu
LATITUDE	25°21'13.6"S	25°12'12.6"S
LONGITUDE	51°14'28.8"W	50°59'45.5"W

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIAS DE 8 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
643	53640.000689/99	Associação Comunitária São Judas Tadeu	Ibiassucê/BA
644	53000.054501/04	Associação do Desenvolvimento Artístico e Cultural de Baraúna	Baraúna/PB
645	53000.008622/08	Associação Cultural Rádio Comunitária FM Tio Hugo	Tio Hugo/RS
646	53000.059055/06	Associação de Difusão Comunitária Nova Vida	São José da Vitória/ BA
647	53000.003460/08	Associação Comunitária e Rural do Cruzeiro da Queimada	Irárá/BA

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

DESPACHO DO MINISTRO

Em 8 de julho de 2010

Acolho o PARECER/MC/TFC/CONJUR/TFC/0794/2006 e a NOTA/Nº 1212 - 2.17/2010/KMM/CONUJUR-MC/AGU invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do ato que habilitou a proponente RÁDIO DIFUSORA DE URUCURITUBA LTDA., a partir da fase de habilitação, na Concorrência nº 77/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, já tendo sido assegurado ao interessado o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SER-VICO	PROponente ANULADA	Nº DO PROCESSO
77/2001	AM	URUCURITUBA	FM	RÁDIO DIFUSORA DE URUCURITUBA LTDA.	53630.000062/02

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 542, DE 29 DE JUNHO DE 2010

Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Unidades Retificadoras Chaveadas em Alta Frequência para Telecomunicações.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO os comentários recebidos em decorrência da Consulta Pública nº 40, de 1º de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 02 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO que, de acordo com o que dispõe o inciso I do art. 214, da Lei nº 9.472, de 1997, cabe à Anatel editar regulamentação em substituição aos regulamentos, normas e demais regras em vigor;

CONSIDERANDO o princípio geral dos processos de certificação e homologação de produtos para telecomunicações de assegurar que os produtos comercializados ou utilizados no País estejam em conformidade com os Regulamentos editados ou as normas adotados pela Anatel;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 567, realizada em 17 de junho de 2010;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.000346/2008; resolve:

Art.1º Aprovar o Regulamento para Certificação e Homologação de Unidades Retificadoras Chaveadas em Alta Frequência para Telecomunicações, na forma do Anexo a esta Resolução.

§ 1º Determinar em 60 (sessenta) dias, da data de publicação desta Resolução, o prazo para a entrada em vigor das disposições contidas no Regulamento mencionado no caput.

§ 2º Durante o prazo estabelecido no § 1º, os ensaios poderão ser realizados com base nos requisitos da Regulamentação anterior sobre o assunto.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN

Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO

NORMA PARA CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE UNIDADES RETIFICADORAS CHAVEADAS EM ALTA FREQUÊNCIA PARA TELECOMUNICAÇÕES.

1. Objetivo.

Esta norma estabelece os requisitos mínimos a serem demonstrados na avaliação da conformidade de unidades retificadoras com tecnologia de chaveamento em alta frequência, aplicáveis às telecomunicações, para efeito de certificação e homologação na Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

2. Abrangência.

Esta norma se aplica às unidades retificadoras com tecnologia de chaveamento em alta frequência, com sistemas de ventilação por convecção natural ou forçada, utilizada nos serviços de interesse coletivo.

3. Referências.

Para fins desta norma, são adotadas as seguintes referências:

I - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações.

II - Regulamento para Certificação de Equipamentos de Telecomunicações quanto aos Aspectos de Compatibilidade Eletromagnética.

III - Regulamento para Certificação de Equipamentos de Telecomunicações quanto aos Aspectos de Segurança Elétrica.

IV - MIL-HDBK 217F - Military Handbook - Reliability Prediction of Electronic Equipment.

V - Norma IEC 61000-4-5/2005 - Electromagnetic Compatibility (EMC) - Part 4 - Testing and Measurement Techniques - Section 5 - Surge Immunity Test.

VI - Norma IEC 61000-4-2 Electromagnetic Compatibility (EMC) - Part 4 - Test and Measurement Techniques - Section 2 0 - Electrostatic Discharge Immunity Test.

VII - CISPR 22 (2005) - Information Technology Equipment - Radio Disturbance Characteristics - Limits and Methods of Measurement.

4. Definições.

Para fins desta norma são adotadas as seguintes definições:
I - Corrente nominal de saída (In) - valor definido para a máxima corrente de saída da UR na condição da tensão de flutuação. Para sistemas de 24V deverá ser considerado o valor de tensão de 27Vcc e para sistemas de 48V o valor de tensão deve ser de 54Vcc.

II - Desempenho anormal sem danos - é permitido que durante a aplicação da perturbação ocorram anormalidades no funcionamento do equipamento, sem perda de nenhuma funcionalidade. Após a aplicação da perturbação o equipamento deve estar atendendo a todas suas especificações técnicas, sem sinalização memorizada de qualquer anormalidade.

III - Desempenho normal - durante e após a aplicação da perturbação o equipamento deve apresentar funcionamento normal, sem indicação de qualquer anormalidade. Admite-se durante a aplicação da perturbação a ocorrência de falsa sinalização local, desde que a mesma não seja transmitida remotamente;

IV - Distorção harmônica total - THD - distorção não-linear caracterizada pelo aparecimento, na resposta a uma excitação senoidal, de componentes senoidais cujas frequências são múltiplos inteiros da frequência de excitação.

V - Dielétrico (isolante) - material que não conduz corrente elétrica e com baixa mobilidade dos portadores de carga.

VI - Entrada da UR - ponto correspondente ao terminal de entrada CA da unidade.

VII - Energia aparente ou total - é a soma vetorial entre a energia ativa e a energia reativa, sendo a energia total que um equipamento elétrico consome ou produz.

VIII - Energia ativa - energia efetivamente utilizada por um equipamento elétrico para realizar sua função.

IX - Energia reativa - energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho.

X - Fator de potência - razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas num mesmo período especificado.

XI - ESC - equipamento a ser certificado.

XII - Potência nominal - valor correspondente ao produto da tensão de ajuste de referência de flutuação, com a corrente nominal de saída da UR.